

o que os outros estão fazendo

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTA PROJETO DE
PESQUISA

Em janeiro de 1966 a Divisão de Administração Pública do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul iniciou negociações com o Escritório da Fundação Ford, no Brasil, com o objetivo de interessá-lo na execução de um projeto de pesquisa global abrangendo todos os aspectos da vida dos 232 municípios gaúchos. Em dezembro do mesmo ano, as negociações chegaram a termo e a Universidade recebeu da Fundação Ford a doação de 200 mil dólares para a realização do projeto.

Esse projeto, que terá a duração de 5 anos, 2 dos quais financiados pela doação da Fundação Ford, prevê a participação do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, da Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia e de centros universitários como a Faculdade de Arquitetura. A responsabilidade pela sua execução caberá ao Chefe da Divisão de Administração Pública, Prof. Carlos V. de Almeida Amaral e a coordenação técnica ao Chefe da Seção de Pesquisa, Prof. Francisco Pedro Pereira de Souza e ao Regente da Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia, Prof. Leônidas Xausa.

O projeto, cuja premissa básica é avaliar a importância do governo municipal dentro do contexto democrático, no sentido da mudança de atitudes e de perspectivas básicas para o desenvolvimento do País, tem os seguintes objetivos gerais:

1. desenvolvimento de material genuinamente brasileiro em Administração Pública e Ciência Política;
2. aperfeiçoamento do pessoal das entidades envolvidas;
3. aperfeiçoamento do ensino;
4. desenvolvimento de uma relação de longo termo entre o Instituto de Administração e as municipalidades;
5. desenvolvimento da Divisão de Administração Pública, do Instituto de Administração e de suas relações com as demais instituições universitárias afins;
6. desenvolvimento da Cadeira de Política.

Os objetivos específicos do projeto, a seguir relacionados, dão idéia da extensão e profundidade da pesquisa: 1. conhecimento aprofundado da realidade municipal do Estado; 2. elaboração e teste de hipóteses de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) municipal; 3. produção de material de ensino necessário aos programas de treinamento e assistência técnica aos municípios; 4. divulgação dos resultados do programa, para aplicação pelas municipalidades.

A pesquisa será desdobrada em três fases:

- 1.^a — levantamento preliminar e treinamento do pessoal;
- 2.^a — elaboração de estudos descritivos das municipalidades;
- 3.^a — formulação e teste de hipóteses a respeito do desenvolvimento municipal.

A primeira fase do projeto já está em execução, contando com sete pesquisadores da Divisão de Administração Pública do Instituto de Administração e um grupo de universitários. Os problemas decorrentes do desenvolvimento da pesquisa estão sendo discutidos em seminários que têm também o objetivo de ajustar os termos a uma linguagem comum ao grupo.

No levantamento de dados necessários à pesquisa — resultados eleitorais, por legenda partidária, a partir de 1945; informações referentes à situação econômica, financeira, demográfica, administrativa, etc., dos municípios — os pesquisadores têm-se utilizado também de outras fontes de consulta, como o IBGE, o DEE, o CEEE, a SUDESUL, a CORSAN, e outras.

Esse projeto, de grande importância para o Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios, representa para o Instituto de Administração não só oportunidade de aplicação prática dos ensinamentos teóricos que ministra através de seus Cursos de Administração, mas também de treinamento para os universitários gaúchos.

PROGRAMA DE TREINAMENTO PARA FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

A partir de 1965 o Instituto de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ingressou na área de treinamento de servidores com novas perspectivas mediante a assinatura de um convênio com a Su-

perintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do Brasil (SUDESUL).

Através desse convênio, o Instituto elaborou um plano de treinamento para funcionários municipais das Prefeituras da área compreendida pela SUDESUL.

Os resultados do primeiro convênio levaram os dois órgãos à assinatura de um segundo, que findou em maio desse ano.

Tendo como objetivo o treinamento do funcionário municipal de uma área mais ou menos homogênea no que respeita ao nível de desenvolvimento, compreendida numa extensa faixa de fronteira que se estende desde Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul, até Corumbá, em Mato Grosso, a elaboração do programa apresentou ao Instituto, desde logo, dois problemas: onde treinar e que métodos de treinamento utilizar.

No primeiro caso, um estudo cuidadoso indicou como melhor solução a fixação do local dos cursos nas sedes de diferentes municípios da área da SUDESUL.

Os objetivos dessa política foram: (1) não deslocar o funcionário do seu meio natural, onde se sente mais à vontade; (2) diminuir o custo dos cursos; (3) dar aos professores uma visão da realidade da administração municipal em sua própria ambiência, e (4) levar a Universidade a outros meios, para o cumprimento pleno de sua função social a serviço do desenvolvimento.

O segundo problema estava relacionado com a escolha do método a ser aplicado, já que a clientela desses cursos era constituída por um grupo heterogêneo quanto à formação educacional, área de interesse, idade e experiência funcional.

Partiu-se da premissa de que toda a área abrangida pela SUDESUL deveria ser coberta e que a grande maioria dos candidatos nunca havia recebido qualquer treinamento em administração municipal, razões pelas quais o programa de treinamento deveria ser elaborado a partir de cursos introdutórios e gerais, evoluindo para cursos especializados.

Os primeiros cursos, chamados "Cursos de Administração e Planejamento Municipal", divididos em dois grupos, **A** e **B**, tiveram como objetivo: 1) transmitir informações sobre modernas técnicas e conceitos de administração; 2) propiciar experiências sobre a tomada de decisões em Administração Municipal e Integração do Planejamento Regional; 3) motivar o entrosamento de todos os interessados no desenvolvimento regional.

Esses cursos gerais, através dos quais foram treinados 505 funcionários municipais de diferentes categorias funcionais, inclusive vereadores e prefeitos, foram objeto de notícia do primeiro número da Revista de Administração Pública.

Para a segunda fase do programa de treinamento foram preparados dois cursos: um para contadores, com ênfase em Contabilidade Pública, e um para secretários, sobre Organização, Orçamento, Planejamento e Comunicações.

Os cursos terão caráter intensivo e os candidatos serão selecionados à base de critérios ainda não estabelecidos.

O Instituto de Administração pretende ainda, em uma fase final, criar um curso regular, de maior duração, a ser ministrado em sua sede, para que sua presença na região não constitua um acontecimento episódico.

Paralelamente será desenvolvido um programa especial destinado a prefeitos e vereadores, para que o treinamento se processe do mais baixo nível hierárquico aos responsáveis pela elaboração de programas e políticas de governo da administração municipal.

Esse programa especial, executado através de Seminários Regionais de Administração Municipal, terá por objetivos:

1. propiciar condições para criação de uma mentalidade de desenvolvimento em termos regionais;
2. integrar os municípios nesse processo de desenvolvimento;
3. promover um relacionamento efetivo entre Executivo e Legislativo Municipal;
4. dar maior ênfase à máquina burocrática, através de modernas técnicas administrativas;
5. intensificar a coordenação e cooperação dos órgãos governamentais que atuam na região;
6. proporcionar contatos diretos dos administradores públicos com os problemas locais e regionais;
7. orientar os Executivos e Legislativos municipais no encaminhamento e solução de problemas administrativos junto aos respectivos órgãos: públicos e instituições nacionais e internacionais.

O Seminário terá a duração de uma semana com seis horas diárias de atividades, assim distribuídas:

- a) manhã (3 horas) — o cargo dos professores do Instituto de Administração — transmissão de modernas técnicas de administração municipal;
- b) tarde (3 horas) — mesas-redondas com representantes de órgãos públicos estaduais e federais que atuam na região, tais como: Secretário de Educação, Secretário do Trabalho e Habitação, Secretário da Saúde, Diretor da Companhia Estadual de Saneamento, Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Diretores da SUDESUL, Diretor do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Diretor do órgão estadual de assistência aos municípios.

Todo esse programa, entretanto, será agora revisto e ampliado, uma vez que o número de municípios da nova área da SUDESUL passará para mais de 800.

Neste sentido, o atual Superintendente do órgão encaminhou proposição ao Instituto, incumbindo-o de elaborar um amplo programa de treinamento de administradores públicos municipais, abrangendo integralmente os três Estados — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O Instituto terá

ainda função de coordenar os recursos humanos disponíveis nas Universidades Federais e nos órgãos estaduais de assistência aos Municípios existentes nos três Estados.

A fase inicial desse trabalho — que já se encontra em andamento — é uma pesquisa em toda a área, para levantamento das necessidades reais de treinamento e dos dados necessários à elaboração do programa.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina mantém cursos superiores de Economia, Contabilidade e Administração, este último criado em 1966, nos quais o ensino é ministrado em quatro anos, com currículo comum nos dois primeiros anos e diversificado nos dois últimos.

São os seguintes os currículos desses cursos:

CURRÍCULO COMUM

1.º ano

1. Introdução à Economia
2. Matemática (Complementos e Financeira)
3. Matemática (Análise)
4. Contabilidade (Geral)
5. Instituições de Direito Público
6. Instituições de Direito Privado
7. Instituições de Direito Social

2.º ano

1. Estatística (Metodologia)
2. Estatística (Aplicada)
3. Contabilidade (Estrutura e Análise de Balanços)
4. Introdução à Administração
5. Sociologia (Geral e Aplicada)
6. História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil
7. Geografia Econômica

CURRÍCULO DIVERSIFICADO

3.º ano

1. Direito Tributário
2. Direito Administrativo

3. Teoria Econômica
4. Psicologia Aplicada à Administração
5. Teoria Geral da Administração
6. Administração Financeira e Orçamento

4.º ano

1. Desenvolvimento Econômico
2. Economia Brasileira
3. Planejamento da Produção
4. Administração de Produção e de Vendas
5. Administração de Pessoal
6. Administração de Material

CURSO DE ECONOMIA

3.º ano

1. Contabilidade Nacional
2. Análise Macro-Econômica
3. Análise Micro-Econômica (Economia das Empresas Agrícolas e Instituições)
4. Análise Micro-Econômica (Teoria do Consumidor e da Empresa)
5. Análise Micro-Econômica (Organização Empresarial)
6. Moeda e Bancos

4.º ano

1. História do Pensamento Econômico
2. Finanças Públicas
3. Análise de Mercado e Projetos
4. Desenvolvimento Econômico
5. Economia Internacional
6. Política e Programação Econômica

CURSO DE CONTABILIDADE

3.º ano

1. Direito Tributário
2. Administração de Empresas
3. Técnica Comercial e Finanças das Empresas
4. Contabilidade Comercial
5. Contabilidade de Custos

4.º ano

1. Administração Pública
2. Contabilidade Pública

3. Contabilidade Industrial e Agrícola
4. Contabilidade Bancária
5. Auditoria Contábil

Funcionam na Faculdade, além dos Cursos, o Centro de Treinamento e Estudos Contábeis e o Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos. (IPEE). As atividades do IPEE incluem, além dos projetos de pesquisa, cursos de curta duração, como o que foi dado de 8 a 20 de agosto de 1966, sobre Sociologia do Desenvolvimento, num total de 25 horas de aula, pelo Prof. Pedro Calderón Beltrão, da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

No campo da pesquisa, o IPEE executa os seguintes projetos:

1. Condições de habitação em Florianópolis, Santa Catarina;
2. Crédito rural;
3. Condições habitacionais na bacia carbonífera do sul do Estado de Santa Catarina;
4. Crédito a fertilizantes.

O objetivo do primeiro projeto de pesquisa é verificar a dinâmica do fenômeno habitacional na Capital de Santa Catarina. Trabalham nesse projeto cerca de 60 universitários dos cursos de Economia e Contabilidade, sob a coordenação do Prof. Nereu do Vale Pereira. Iniciado pela Faculdade de Ciências Econômicas, em 1963, está atualmente a cargo do IPEE.

A segunda pesquisa, que objetiva identificar as repercussões da política de financiamento das atividades rurais, é realizada através de convênio da Faculdade com a USAID e a Universidade do Estado de Ohio. Sua execução está a cargo do IPEE, sob a coordenação do Prof. Normann Rask, ficando a coordenação de tarefas específicas com os professores Wilmar Orlando Dias, Nereu do Vale Pereira e Carlos José Gevaerd. O grupo de pesquisadores é constituído pelos Drs. José Itamar de Sá, David Gevaerd Filho e Plínio Francisco Hahn, com a participação de alunos universitários do Curso de Economia, e a área pesquisada abrange os municípios de Tubarão, Concórdia, Timbó e Rio dos Cedros.

O terceiro projeto, cujo objetivo é determinar as necessidades habitacionais do mineiro catarinense engajado nas empresas carboníferas, está sendo realizado mediante convênio da Universidade Federal de Santa Catarina com a Comissão do Plano do Carvão Nacional, e executado através do IPEE.

Participam dessa pesquisa, iniciada em junho de 1966, os professores Nereu do Vale Pereira e Guido José Warquen, coordenando as atividades de um grupo de alunos da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Serviço Social.

Finalmente, o quarto projeto de pesquisa tem por objetivo analisar o impacto provocado pela adoção de uma política especial de crédito, com recursos da USAID, para a aquisição de fertilizantes, a prazo, por preço de compra a vista.

Esse último projeto está sendo realizado mediante convênio com a USAID, o Banco Central do Brasil, a Universidade do Estado de Ohio e a Universidade Federal de Santa Catarina. Sua execução está a cargo do IPEE e a coordenação geral dos projetos cabe ao Prof. Donald Sorensen. Os trabalhos de campo estão sob a coordenação do Prof. Wilmar Orlando Dias, que conta com a colaboração do Prof. Carlos José Gevaerd e dos pesquisadores José Itamarí de Sá e Plínio Francisco Hahn.

A área pesquisada, que cobre quatro Estados, compreende os municípios de Curitiba, Araucária e Castro, no Paraná; São Paulo, Lençóis Paulista, Taquaritinga e Bragança Paulista, em São Paulo; Belo Horizonte, Uberaba, Passos e Varginha, em Minas Gerais, e Banco Central do Brasil e USAID, na Guanabara.

O Centro de Treinamento e Estudos Contábeis (CETEC) desenvolve suas atividades em dois setores: Contabilidade Pública e Contabilidade Privada. Seu objetivo é proporcionar treinamento prático aos alunos, dentro de um plano elaborado em 1965 para as diversas Cadeiras do Curso de Contabilidade. Esse plano compreende, além de elaboração de monografia sobre serviços contábeis de empresas existentes em Santa Catarina, a prática em sistemas mecanizados simples, tais como o Remington, o Ruf e o Front-Feed.

Funciona no CETEC um conjunto de máquinas de contabilidade ASCOTA cujo operador foi treinado em Porto Alegre, pela representante da fábrica alemã.

No setor de Contabilidade Pública o treinamento dos alunos constou, em 1966, da elaboração de orçamento e escrituração contábil de uma entidade pública, sob a orientação dos professores da Cadeira, Dr. Eugênia Doin Vieira e Dr. João Ferrari Dias, e da realização da escrita de uma prefeitura fictícia.

A divulgação das atividades do CETEC levou Blumenau e Criciúma a solicitarem sua colaboração na elaboração de um plano contábil para as respectivas prefeituras, o que está sendo feito por dois grupos de trabalho, constituídos por alunos e professores de Contabilidade Pública da Faculdade, assessorados pelo técnico Dr. Luiz Henrique Baptista.

Os alunos dos diferentes cursos da Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina adquirem assim, durante seus estudos, vivência perfeita dos problemas que enfrentarão na vida prática, depois de formados.

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

GRAM TREINA TREZENTOS SERVIDORES EM DOIS CURSOS

Perto de trezentos funcionários municipais nordestinos, de 84 Prefeituras, foram treinados, no Recife, pelo GRAM, órgão instituído pela SUDENE com o apoio da USAID e da Universidade Federal de Pernambuco.

Com menos de dois anos de atividade, o Centro Regional de Administração Municipal promoveu dois cursos intensivos de Administração, atra-

vés dos quais foram transmitidos a servidores de Prefeituras e Departamentos de Assistência Técnica aos Municípios — DATM — conhecimentos básicos sobre técnicas administrativas, nas especialidades de administração financeira, orçamentária e contábil e de secretaria, iniciando-se, assim, o preparo regular de pessoal para colaborar nas reformas administrativas das Prefeituras da Região.

Visando à valorização das municipalidades, de modo a fazer com que elas participem efetivamente do desenvolvimento nordestino, o CRAM realizará novos cursos em sua sede, na capital pernambucana, a fim de alcançar as metas programadas treinando, no triênio 1966/68, cerca de 1.200 funcionários de Prefeituras e DATM, paralelamente à prestação de assistência a municípios.

Os Cursos de Administração funcionaram em regime de tempo integral, com sete horas de trabalho diário, durante dois meses cada, divididos em duas etapas, a primeira dedicada às matérias básicas e a segunda às matérias específicas.

As Prefeituras, cujos funcionários participaram das aulas, comprometeram-se a aproveitá-los nas funções para as quais foram treinados.

REORGANIZAÇÃO DE PREFEITURAS PARAIBANAS

Após acurada análise administrativa, com a identificação dos problemas básicos, através da coleta de informações, documentos e observações sobre o funcionamento dos serviços, o Centro Regional de Administração Municipal elaborou os anteprojetos de lei que estruturaram as Prefeituras de João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, assim como os regimentos das unidades administrativas a elas subordinadas.

Mediante convênio, que prevê, inclusive, o acompanhamento do projeto durante sua aprovação e implantação, o CRAM reorganizou, também, os serviços das Secretarias da Fazenda e de Administração, elaborando novos métodos de trabalho por meio de manuais de tributação, contabilidade, tesouraria, material, expediente, protocolo, arquivo e pessoal.

Com vistas à progressiva implantação dos novos sistemas de trabalho, foram treinados servidores dessas Prefeituras, em consonância com o programa estabelecido quando da criação do CRAM.

Paralelamente, o CRAM organizou a Fundação Instituto de Administração Municipal de Alagoas, promovendo o treinamento de dez técnicos dessa entidade, em Maceió e nos cursos realizados no Recife.

Ao mesmo tempo, treinou técnicos da Fundação de Administração Municipal, órgão criado pelo Governo do Estado de Pernambuco, em substituição ao DATM.

CRAM EM EXPANSÃO VAI AO PIAUÍ TREINAR SERVIDORES ESTADUAIS

Ampliando seu programa de preparação de funcionários públicos nas modernas técnicas administrativas e de assistência direta aos municípios, na área de atuação da SUDENE, o Centro Regional de Administração Muni-

cipal enviou especialistas a Teresina para realização de cursos de administração financeira, orçamento e contabilidade.

Esses cursos foram ministrados durante quatro semanas, em regime de tempo integral, de acordo com convênio firmado entre o CRAM e a Comissão de Desenvolvimento Econômico — CODESE — daquele Estado.

SEMINÁRIO REUNIU NO RECIFE DIRETORES DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Sob os auspícios da SUDENE, do BID e do Banco do Nordeste foi realizado pelo CRAM, no Recife, o Seminário de Administração de Serviços de Abastecimento D'Água.

As exposições e debates desse seminário, do qual participaram diretores e técnicos dos Departamentos de Saneamento de outros Estados nordestinos — foram dirigidas por professores da SUDENE, do CRAM, da Fundação Getúlio Vargas, do IBAM, da Universidade Federal de Pernambuco, do BID e da SERFHAU.

Diretores de Serviços de Abastecimento de Água de São Luiz, Teresina, Natal, Campina Grande, Recife e Maceió, tomaram parte no Seminário onde, durante dez dias, foram discutidos problemas relativos a administração, finanças, política de pessoal, tarifas, funcionamento de programas, medição de água e reformas dos órgãos de abastecimento d'água, especialmente os do Nordeste.

O Seminário de Administração de Serviços de Abastecimento D'Água teve origem nos programas para melhoria e ampliação desses serviços, financiados pelo BID com o repasse do BNB.

INSTITUTO CENTRAL DE CIÊNCIAS HUMANAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O Setor de Administração do Instituto Central de Ciências Humanas da Fundação Universidade de Brasília aprovou, para vigência a partir de 1968, o seguinte currículo do Curso de Administração:

1.º semestre:

1. Teoria da Ciência (TC)
2. História do Pensamento Filosófico e Científico (HPFC)
3. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (MTPS)
4. Integração (à escolha do aluno)

* As iniciais entre parênteses referem-se ao nome da matéria.

** As iniciais fora dos parênteses e separadas por um traço referem-se aos pré-requisitos.

2.º semestre:

1. História do Pensamento Social (HPS) — TC e HPFC
2. História do Pensamento Econômico (HPE) — TC e HPFC
3. História das Instituições (HI) — TC e HPFC
4. Integração (à escolha do aluno)

3.º semestre:

1. Introdução à Ciência Política (ICP) — MTPS e HPS
2. Introdução à Economia (IE) — MTPS, HI e HPE
3. Introdução à Sociologia (IS) — MTPS, HI e HPS
4. **Complementação:** Matemática — I (M-I) — MTPS

4.º semestre:

1. Hist. Econ. Geral e Form. Econ. Brasil (HEGFEB) — IE e HPE
2. Hist. Social, Política e Adm. do Brasil (HSPAB) — IS e ICP
3. Geografia Humana Geral e do Brasil (GHGB) — IS e IE
4. **Complementação:** Teoria Geral da Administração (TGA) — IS e ICP

5.º semestre:

1. Instituições de Direito Público e de Direito Privado (IDPP)
2. Contabilidade Geral (CG)
3. Estatística Aplicada (EA)
4. Psicologia Aplicada (Relações Humanas e Industriais)

6.º semestre:

1. Administração Financeira e Orçamento (AFO) — CG
2. Finanças das Empresas (FE) — CG
3. Organização e Métodos (OM) — EA
4. Legislação Social (LS) — IDPP

7.º semestre:

1. Legislação Tributária (LT) — IDPP
2. Administração de Material (AM) — O & M
3. Planejamento e Contrôlê Administrativo (PCA) — OM
4. Administração de Pessoal (AP) — OM e LS

8.º semestre:

I — ESPECIALIZAÇÃO: Pública

1. Direito Administrativo
2. Administração Brasileira
3. Complementação
4. Complementação

ESTAGIO

II — ESPECIALIZAÇÃO: Empresas

1. Administração de Vendas
2. Administração da Produção
4. Complementação
4. Complementação

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

MANUAL DO PREFEITO

Em cumprimento a Convênio firmado com o Serviço Nacional dos Municípios — SENAM — e por louvável iniciativa desse órgão do Ministério do Interior o IBAM publicou o "Manual do Prefeito", obra técnica de caráter prático destinada a orientar os Chefes do Executivo Municipal no desempenho das relevantes funções que lhes são atribuídas no sistema político-administrativo brasileiro, atualizando-os em relação às diversas modificações introduzidas no regime municipal pela nova Constituição e pelas leis recentes.

O Manual consta de quatro partes: a primeira, de natureza didática, abordando os diversos aspectos da administração municipal; a segunda, contendo um roteiro dos órgãos e programas federais de assistência material e técnica aos governos municipais; a terceira, consistindo de uma relação das leis federais relativas aos Municípios, com a ementa e o número respectivo e a quarta compreendendo uma bibliografia selecionada sobre administração municipal.

São os seguintes os temas abordados na primeira parte do Manual: "O Município como pessoa jurídica de direito público", Responsabilidade civil do Município — O Município em Juízo", "Intervenção no Município", "Auto-

nomia Municipal e Competência do Município”, “Formas de exploração dos serviços públicos”, “Consórcios e convênios”, “Desapropriação”, “Planejamento Local”, “Tributação e Rendas Municipais — Rendas transferidas e partilhadas”, “Orçamento”, “Contabilidade”, “Contratos e concorrências”, “Funcionalismo”, “Atribuições do Prefeito — seu papel como líder local”, “Responsabilidades do Prefeito — Crime de Responsabilidade e Abuso de Poder”, “Organização da Prefeitura: estrutura, legislação básica e pessoal mínimo” e “A Câmara — Sua competência”.

REORGANIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Foi firmado entre o IBAM e a Prefeitura Municipal de Petrópolis (RJ), um convênio de assistência técnica objetivando a reforma administrativa daquela importante municipalidade. Entre os trabalhos a serem executados, destacamos os seguintes: lei de estrutura; regimento interno da Prefeitura; elaboração do quadro de pessoal; estatuto dos funcionários; elaboração de manuais de contabilidade, orçamento, tesouraria, tributação e pessoal; organização e implantação de Serviço Autônomo de Água e Esgotos; organização do Ginásio Municipal; organização e implantação dos serviços administrativos de Pronto Socorro; elaboração de um plano plurienal de governo e treinamento de funcionários nas áreas de administração de pessoal, administração municipal, tributação contabilidade e orçamento.

A Assessoria Técnica do IBAM, executa atualmente quatro importantes convênios de assistência técnica — Joinville (SC), Guarulhos (SP), Volta Redonda (RJ) e Juiz de Fora (MG) — além do projeto de Petrópolis. tendo iniciado a reforma administrativa da Prefeitura de Salto (SP) e a elaboração de plano trienal de governo para a Prefeitura de Lajes. (SC).

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS ADOTAM VÁRIAS RECOMENDAÇÕES DO SIMPÓSIO DO IBAM

Várias recomendações do “Simpósio sobre a adaptação das Constituições Estaduais à Constituição Federal, no Capítulo referente aos Municípios”, patrocinado e organizado pelo IBAM, foram aprovadas e incluídas nas Constituições de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. São as seguintes as recomendações que constam de várias das novas Constituições Estaduais: 1) criação de órgão de assistência técnica aos Municípios, dotado de flexibilidade administrativa e autonomia, gestão financeira própria, recursos humanos capacitados e neutralidade político-partidária; 2) autorização aos Municípios para criação de entidades e autarquias intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços; 3) instituição de fundo especial para o financiamento da elaboração de planos de desenvolvimento municipal; plano-diretor e outros serviços; 4) autorização aos Prefeitos para delegarem a coordenação e a supervisão dos serviços da Prefeitura a um administrador municipal escolhido dentre técnicos de administração ou engenheiros de notória competência.

ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CURSOS

— Encerrou-se no dia 22 de setembro o 2.º Curso de Introdução ao Planejamento Urbano, ministrado pelo IBAM em convênio com a CODEM, Comissão de Desenvolvimento Municipal do Paraná, em Curitiba, e do qual participaram engenheiros, arquitetos, advogadas, economistas, administradores e sociólogos.

— O IBAM realizou, em julho e agosto deste ano, dois cursos de Orçamento-Programa, destinados a funcionários de Prefeituras a ele filiadas: um em Batatais (SP) e outro em Joinville (SC).

— Encerrou-se, também, a primeira fase do Curso de Técnica de Administração Municipal, para funcionários do Estado do Piauí, em convênio com o SENAM e o Governo daquele Estado. Os participantes do curso acham-se agora estagiando na Assessoria Técnica do IBAM, acompanhando a execução de vários convênios de assistência técnica em Prefeituras filiadas de vários Estados.

— Estão sendo remetidas aos 6.000 funcionários inscritos as primeiras lições dos quatro cursos por correspondência que o IBAM ministrará em convênio com o SENAM.

REFORMA ADMINISTRATIVA DE DUQUE DE CAXIAS (RJ)

Como parte dos programas que objetivam a solução dos graves problemas que, ao longo do tempo, vêm desafiando os administradores de Duque de Caxias — um dos Municípios-chave da região metropolitana do Rio de Janeiro, e cujo rápido crescimento não vinha sendo acompanhado pela administração local — foi firmado convênio de assistência técnica entre o IBAM e aquela Prefeitura visando a modernização de seus serviços administrativos e a institucionalização do planejamento governamental como norma de ação.

Entre os trabalhos a serem ali executados pela Assessoria Técnica do IBAM destacamos:

1. elaboração do anteprojeto de lei de estrutura administrativa da Prefeitura;
2. elaboração do Projeto de regimento interno dos serviços da Prefeitura;
3. elaboração do anteprojeto de Código Tributário Municipal;
4. elaboração e implantação dos Manuais de Serviço das atividades de protocolo, contabilidade, orçamento, tesouraria e tributação;
5. treinamento intensivo do pessoal fazendário da Prefeitura;
6. elaboração do anteprojeto de lei do quadro de pessoal;
7. preparação do plano trienal de governo para a Administração Municipal;
8. anteprojeto de Código de Posturas.

DIRETOR DO IBAM ESTUDA ÁREAS METROPOLITANAS

Regressou de Toronto, Canadá, o Prof. Diogo Lordello de Mello, Diretor-Executivo do IBAM, que foi àquela cidade integrando a delegação do Rio de Janeiro à conferência sobre áreas metropolitanas promovida pelo Bureau de Pesquisas Municipais de Toronto, com o apoio financeiro de várias entidades, entre as quais a Fundação Ford.

Participaram da Conferência representantes de quarenta metrópoles de todo o mundo. Foram estudados os mais variados problemas das áreas metropolitanas como sua organização político-administrativa, educação, serviços de utilidade pública, habitação, saúde pública, serviço social, finanças e planejamento.

A delegação carioca esteve constituída, além do Diretor-Executivo do IBAM, do Arq. Harry James Cole, Superintendente do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, do Urbanista Hélio Modesto, do Estado da Guanabara e do Eng. Osório Chagas Meirelles, do IPEA.

FINANCIAMENTO PARA O CADASTRO FISCAL DE JOINVILLE

O Fundo Rotativo Para Financiamento de Cadastros Fiscais, instituído por convênio firmado entre o Conselho Técnico da Aliança para o Progresso (CONTAP), a USAID e o IBAM, concedeu um financiamento de NCr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) à Prefeitura Municipal de Joinville (SC).

Os financiamentos concedidos através desse Fundo Rotativo, administrado pelo IBAM, são de até NCr\$ 20.000,00, e destinam-se a Municípios que queiram executar seu cadastro para fins tributários, através de entidade idônea aprovada pelo IBAM, e que sejam candidatos a empréstimos do Fundo de Financiamento do Abastecimento d'Água, com pedido em andamento.

Os Municípios têm o prazo de 24 meses para amortizar o financiamento, prazo esse contado a partir da conclusão dos serviços, vencendo juros de 3% ao ano.

REFORMA ADMINISTRATIVA DE ITAJUBÁ (MG)

A Assessoria Técnica do IBAM deu início aos trabalhos referentes ao convênio de assistência técnica firmado com a Prefeitura Municipal de Itajubá, Minas Gerais, objetivando a reestruturação e racionalização dos serviços administrativos daquele Município.

Os trabalhos a serem realizados pelo IBAM compreenderão:

- I — Anteprojeto de Lei de Estrutura;
- II — Projeto de Regimento Interno;

- III — Anteprojeto de Código Tributário;
- IV — Projeto de Regulamento Tributário;
- V — Manual de Orçamento;
- VI — Manual de Contabilidade;
- VII — Manual de Tesouraria.

O prazo previsto para o término dos trabalhos é de quatro meses, compreendendo, inclusive, o assessoramento da Prefeitura por ocasião de serem apresentados à Câmara Municipal os projetos de lei decorrentes dos trabalhos convencionados.